

DIAGNÓSTICOS E AVALIAÇÕES DE ALUNOS DE CLASSES ESPECIAIS EM SERGIPE: INVESTIGAÇÕES SOBRE A EFICÁCIA DO PROCESSO

*DIAGNOSIS AND ASSESSMENT OF SPECIAL CLASSROOM STUDENTS IN SERGIPE: INVESTIGATIONS ABOUT
THE PROCESS EFFICACY*

Maria Stela de Araújo Albuquerque BERGO¹
Margarida Maria Silveira Britto de CARVALHO²
Ana Paula Amorim dos SANTOS³
Ana Patrícia dos Santos CRUZ⁴
Ana Paula Rodrigues dos SANTOS⁵
Márcia Regina de Oliveira SANTOS⁶

RESUMO: O objetivo deste estudo foi o de levantar, mediante questionário semi-estruturado, aplicado durante entrevistas semi-abertas, as deficiências apontadas pelos professores de classes inclusivas de escolas particulares, das instituições filantrópicas e da rede estadual de ensino especial em Aracaju, quanto ao efetivo auxílio que os diagnósticos, recebidos dos especialistas que encaminham seus alunos, possam proporcionar ao seu trabalho cotidiano em sala de aula com os alunos especiais. Mais do que outras informações julgadas como necessárias no relatório, a orientação direta ao professor foi a necessidade mais apontada, em relação às informações, aos dados e a classificação do aluno.

PALAVRAS-CHAVE: Diagnóstico do deficiente; Educação Especial; orientação de especialistas.

ABSTRACT: The purpose of this study was to reach the gaps in diagnosis information on special needs students that specialists like physicians, psychologists, pedagogists and others, send to inclusive classes teachers. The results appoint to a greater direct orientation to those teachers. Specialits should be closer, mainly on suggestions, dialogs, than only information, data or students categorizations.

KEYWORDS: Special needs students diagnosis; special education; orientation by specialists.

1 Introdução

O primeiro passo para a identificação das dificuldades infantis, especialmente na detecção de deficiências, bem como o esclarecimento das peculiaridades do aluno portador de necessidades educacionais especiais, passam pelas avaliações de equipes multidisciplinares, compostas do diagnóstico médico, fonoaudiológico,

¹ Professora Doutora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe-UFS.

² Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe.

³ Bolsista PIBIC/UFS.

⁴ Bolsista PIBIC/UFS.

⁵ Ex-Bolsista PIBIC/UFS.

⁶ Bolsista Voluntária -PIBIC/UFS.

psicológico, assistencial - no caso das escolas da rede pública- e, especialmente, a pedagógica.

Quer sejam efetuadas por vários profissionais, incluindo especialidades variadas dentro de cada área (neurologistas, ortopedistas, geneticistas, etc), quer por equipes de apoio escolar comportando apenas avaliação psicológica e pedagógica (como é o caso de comunidades bastante afastadas que não contam com profissionais especializados como fonoaudiólogos, neurologistas), estas avaliações têm sofrido várias críticas no sentido da utilidade efetiva que podem proporcionar ao professor em sala de aula, no trabalho cotidiano com o aluno que apresenta dificuldades no desenvolvimento e na aprendizagem.

Recentes estudos feitos em Sergipe na área da Educação Especial (BERGO, 1997; BERGO et al., 1998; BERGO et al., 1999; BERGO, RODRIGUES, 1999) demonstraram a importância da integração da família no processo diagnóstico e no desenvolvimento da aprendizagem escolar do aluno portador de deficiências das classes especiais do ensino público. No decorrer histórico da Educação Especial em Aracaju, o processo diagnóstico passou por diversas transformações e ainda busca responder a questões essenciais para o aprimoramento de um modelo de atendimento ideal dessa categoria de alunado.

Dessa forma, os resultados apontaram a necessidade de um maior aprofundamento na questão diagnóstica e sua real utilidade para os professores da rede pública de ensino especial em Aracaju, pois se não satisfazem, em seus modelos atuais, as necessidades de orientação efetiva do professor, várias alternativas podem ser propostas aos mesmos, a fim de se poder compor um planejamento do processo de modo a poder alcançar seus fins.

O diagnóstico interdisciplinar que cerca a avaliação, tratamento e prevenção desses deficientes é relacionado com a avaliação que o próprio professor faz dentro do contexto escolar, iniciando ou terminando por um rótulo diagnóstico na criança que passa pelas inúmeras vias de buscas nos consultórios médicos e de especialistas vários, postos de saúde, exames infundáveis (CIASCA,1990). O processo diagnóstico, por seu lado, é um sistema composto de diversas etapas, quais sejam: etapa da história clínica, do exame físico, exame neurológico, exames laboratoriais, exames solicitados pela fonoaudiologia, testes psicológicos solicitados pelo psicólogo, avaliação psicopedagógica, etc.

Os critérios para se definir os sinais que possam diagnosticar, para fins de encaminhamentos mais promissores, são ainda bastante debatidos, mas o processo de identificação dos comportamentos e dos sinais que evidenciam um desenvolvimento que se processa fora dos padrões esperados para as diferentes idades faz com que muitas intervenções praticadas nas instituições especializadas estejam aquém da eficácia almejada (WATERHOUSE et al., 1996).

Vários autores apontam para o fato de que se os profissionais que lidam com as crianças com desenvolvimento alterado, ou com seus pais, devem ser treinados para identificarem as dificuldades, tanto quanto as oportunidades naturalmente

surgidas, para que se possa efetivamente aproveitar de tais situações para poder utilizar procedimentos funcionais de modelagem e de enfraquecimento de respostas indesejáveis (HALLE, MARSHALL, SPRADLIN, 1979). É nesse ponto que o engajamento dos pais da criança especial torna-se importante, pois segundo Carpentieri (1983) a prestação de uma assistência mais direta a essa família pode tornar mais eficaz o desenvolvimento da criança, que terá o apoio dos pais na realização de algumas tarefas programadas como tarefa de casa.

As dificuldades diagnósticas dizem respeito, também, ao reflexo que deixa na família, quanto aos rótulos que a classificação imprime da identidade da criança e, por extensão, a toda a família. Os reais problemas apresentados pela criança em desenvolvimento têm sido geralmente atribuída unicamente aos pais, pelas instituições. Não só a orientação errônea ou omissa dos professores, mas também as negligências e erros por ocasião da orientação diagnóstica dada à família, por parte dos profissionais especializados, devem ser mais bem discutidos e esclarecidos (DENARI, 1990).

Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo foi o de levantar, mediante questionário semi-estruturado, aplicado durante entrevistas semi-abertas, as deficiências apontadas pelos professores de classes inclusivas de escolas particulares, das escolas da rede municipal e da rede estadual de ensino especial em Aracaju, quanto ao efetivo auxílio que os modelos de diagnósticos, recebidos dos especialistas que encaminham seus alunos, possam proporcionar ao seu trabalho cotidiano em sala de aula com os alunos especiais.

2 Metodologia

2.1 Participantes

Participaram da efetivação do levantamento dos dados dessa pesquisa, quatro alunas do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, duas delas selecionadas para obtenção da bolsa de Iniciação Científica (CNPq/PIBIC e COPES), além de duas alunas voluntárias. As alunas foram treinadas para efetuar entrevistas com professores de classes especiais, tanto de escolas das redes pública e particular de ensino, como em instituições filantrópicas especializadas.

Foram feitas 38 (trinta e oito) entrevistas e, ao contrário do que foi projetado, não foram incluídas como participantes as professoras da rede municipal de ensino, porque o sistema trabalha com classes inclusivas e não há notícias de que professores recebam relatórios regulares, feitos pelos especialistas que atendem algumas crianças encaminhadas para tratamentos específicos.

A maior parte das professoras entrevistadas foi indicada pelas diretoras das instituições em que lecionavam. Ao todo, participaram do estudo professoras de instituições filantrópicas de Aracaju (Apaec, Amas, Rosa Azul), da rede Estadual de ensino especial (Colégio Médici, Colégio 11 de Agosto, Colégio General Siqueira, Colégio João Cardoso e Colégio Francisco Portugal) e de escolas particulares de Aracaju

(Escola Caminho do Saber, Colégio Quasar e Colégio Nossa Escola) que optaram pelo sistema inclusivo e mantém alunos deficientes em salas regulares, mas cujos professores têm orientações de especialistas.

2.2 Instrumentos

O material utilizado para o presente estudo foi um questionário semi-estruturado. Tal questionário foi construído com base na validação feita nos estudos anteriores e submetido à apreciação de quatro professoras da rede pública, que constituíram-se na amostra piloto deste estudo. Não foram usados gravadores. Utilizou-se de material de anotação, nos casos em que as professoras expressavam comentários além das respostas dadas nos questionários.

2.3 Procedimento

O procedimento utilizado foi o do uso de questionários, acompanhado de entrevistas semi-abertas, onde as entrevistadoras, mediante prévia conversa sobre os objetivos do estudo e agendamento da visita, supervisionava o processo de responder às perguntas feitas às professoras, que em sua maioria, foram indicadas pelas diretoras das instituições.

As professoras que não eram indicadas, foram escolhidas por sua apresentação voluntária, durante as visitas das entrevistadoras na escola ou instituição. A supervisão foi um recurso adotado para evitar que outras pessoas eventualmente respondessem às questões ou que as dúvidas sobre a extensão da resposta ou sinônimos das instruções pudessem ser fornecidas, desviando-se, assim, das ordens iniciais padronizadas.

Deve-se ressaltar que a maior parte das diretoras ou coordenadoras tentaram influenciar nas respostas e, efetivamente, em um instituição filantrópica, não houve como evitar essa interferência.

Devido a esse fato, optou-se por registrar as conversas que as entrevistadoras tiveram, posteriormente, com as professoras participantes do estudo, de forma a contribuir com a análise qualitativa do processo.

A partir das respostas obtidas com as trinta e oito (38) professoras entrevistadas, foram identificados critérios a respeito de suas avaliações sobre o modelo diagnóstico. Esses critérios foram estabelecidos pelo grupo de pesquisa, em forma de validação de consenso, através do método de Análise de Conteúdo.

Em seguida, os critérios foram sucessivamente depurados, em consenso pela equipe. Após todo esse processo de depuração, chegou-se a uma categorização final.

3 Resultados e discussão

Trabalhou-se com trinta e oito (38) questionários, respondidos por professores de classes especiais ou inclusivas das seguintes origens: cinco (5) estabelecimentos do Estado, três(3) instituições filantrópicas e três (3) escolas particulares. Das 38 professoras, apenas três (3) alegaram não terem recebido formalmente o diagnóstico do aluno.

Todas as professoras do Estado relatam que recebem relatório com diagnóstico dos mesmos, o que não ocorre, necessariamente, com as das demais instituições. Isso talvez deva-se ao fato de que as escolas estaduais recebem as crianças encaminhadas pelo Centro de Referência em Educação Especial de Estado (doravante denominado pela sua sigla: CREESE), que possui uma equipe multidisciplinar que produz os relatórios para essas escolas e posteriormente, acompanha essas crianças nas respectivas escolas estaduais, para onde são encaminhadas. O que não ocorre nas demais instituições (filantrópicas e estaduais) que podem até receber a criança encaminhada pelo CREESE, mas não o apoio regular da equipe.

Quanto às informações contidas no diagnóstico recebido, foram detectados 52 tipos, sendo em maior porcentagem (35,8%) os dados e informações gerais sobre o aluno, seguido dos dados sobre as classificações das dificuldades do aluno (20,8%).

A dificuldade na compreensão dos relatórios, devido a utilização de termos vagos, foi uma categoria bastante apontada pelos entrevistados. Mesmo que 5,7% das professoras não tenham respondido a essa questão, pode-se apontar os dados e informações gerais sobre o aluno como a informação mais frequente nos relatórios.

Das professoras que contataram com especialistas, o que se evidencia quase a metade da população pesquisada, observa-se a que a maioria teve contato com Psicólogos (26,4% dos especialistas citados). Em seguida, o maior número de contatos relatados foi com os psicopedagogos (23,6%), seguidas das Assistentes Sociais que constituem em (18,4%). Tais dados parecem apontar para um papel destacado desses profissionais na equipe interdisciplinar.

Outro dado relevante encontrado é o de que a maioria das professoras do Estado (60%) teve contato com algum especialista que elaborou o laudo recebido, enquanto que somente 38,5% e 40% de professoras das instituições e das escolas particulares, respectivamente, tiveram contato com algum especialista que elaborou o laudo sobre a criança. Esse dado talvez seja devido ao fato de que as professoras do Estado têm, como já foi mencionado anteriormente, o apoio dos especialistas do CREESE, que estão sempre realizando encontros com tais professoras.

Em relação ao contato com tipo específico de especialista, um dado que merece relevância é a porcentagem encontrada nas escolas particulares, em relação ao contato com o psicopedagogo (50%). Foi formulada a hipótese de que esse dado seja devido ao fato de que dois estabelecimentos particulares, dentre os três que

realizaram a presente pesquisa, tinham como diretoras da instituição psicopedagogas, as quais, paralelamente ao cargo de diretoras, também acumulavam a função de produção de laudos diagnósticos de suas crianças, determinando, dessa forma, um contato mais freqüente com os professores.

As áreas estudadas e apontadas como mais necessárias num diagnóstico, pelos professores, evidenciaram como são necessárias para auxiliá-las em seu trabalho. As áreas mais citadas foram as de Psicologia e Médica, seguidas de perto pela Pedagogia, que evidenciou também desempenhar papel fundamental quanto à avaliação dos alunos. Foram também contempladas as especialidades de Fonoaudiologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

Em relação somente às professoras do Estado, pode-se perceber que houve um empate entre quatro áreas que as mesmas consideravam como importantes em um diagnóstico: a área médica, a pedagógica, a fonoaudiológica e a psicológica. Esse resultado foi atribuído, mais uma vez, ao fato de que essas professoras, através do CREESE, recebem uma maior orientação dos especialistas desse órgão, o que faz com que tenham conhecimento sobre o trabalho desenvolvido em certas áreas e assim possam atribuir importância no laudo diagnóstico.

Segundo as respostas obtidas, a categoria denominada de “Dificuldades em Compreender um Diagnóstico” centralizaram-se, primordialmente, nas dificuldades de compreensão dos termos médicos. O fato interessante, observado nesse resultado, é que uma das áreas mais citadas pelas professoras como necessárias em um diagnóstico é a Médica (18,9%), mas essa também é a área em que os professores relatam uma maior dificuldade na compreensão do diagnóstico. Bergo (et al., 1998), em um relatório de pesquisa, já evidenciava que muitos professores queixavam-se das dificuldades em compreender a terminologia do diagnóstico médico, baseadas na assertiva de que não deixam claro o real estado do aluno.

Para 21,8% dos professores entrevistados, a orientação ao professor foi o item mais apontado nas respostas. Em seguida, sobressaem os itens do Relatório de Vida do Aluno (13%) e Classificação das Dificuldades ou da Deficiência do Aluno (10,9%), bem como os Dados Gerais sobre o Aluno (10,9%), como os itens mais importantes. As informações detalhadas sobre o problema do aluno também produziram um percentual significativo (10,8%).

Foram também citadas como informações necessárias num relatório, o fato de que ele deve trazer informações mais simplificadas e sucintas, dados gerais do aluno, comportamento geral do aluno, prognóstico da possibilidade de o aluno continuar na Educação Especial ou não, a relação do aluno com a família, bem como a queixa familiar.

Na tabela abaixo, são apresentadas sugestões para que os especialistas possam melhorar seus relatórios diagnósticos, em termos de uma melhor utilização por parte dos professores que lidam com o aluno portador de necessidades educacionais especiais em sala de aula. Das 355 sugestões apresentadas, 130 foram do Estado, 91 foram de escolas particulares e 134 de professoras de instituições não-gover-

namentais. As mais citadas foram da orientação da assistente social quando a família precisa de orientação, seguida de sugestões de cursos práticos para ajudar a lidar com cada tipo de aluno., seguido da orientação do que a família ajude em casa.

TABELA 1 - Sugestões para o diagnóstico

	ESTA	PART	INSTI	TOTAL
orientação direta do especial.	11	8	11	30
acompanhamento do esp. no caso	11	7	11	29
orientação no relatório como proceder com o aluno	8	7	11	26
orientação como fazer currículo	6	4	9	19
orientação de quais atividades dar ao aluno	4	4	8	16
orient. de como lidar com comportamento de alunos difíceis	9	7	11	27
receber especialista auxiliar na sala de aula	4	5	6	15
receber estagiária auxiliar na sala de aula	6	1	4	11
médicos devem explicar melhor as doenças do aluno	9	7	10	26
psicólogo explique ao prof. como agir com o aluno em sala	10	8	11	29
fonoaudióloga explique ao prof. como agir com o al. em sala	8	7	9	24
pedagogo indique recursos de matem., leit, escr. e outras.	5	4	6	15
orientação do que a família ajude em casa	12	10	12	34
orient. da assistente social quando a família precisa de orientação	13	9	9	31
cursos práticos para ajudar a lidar com cada tipo de aluno	12	9	11	32
não responderam	2	0	1	3
TOTAL	130	97	140	367

4 Conclusão

Por meio da presente pesquisa, os dados categorizados das respostas obtidas por meio das entrevistas, permitem supor que o relatório diagnóstico das crianças portadoras de necessidades educacionais especiais é um importante veículo de orientação do professor em sala de aula. Mesmo aqueles professores que, durante a realização do questionário, afirmaram não ter recebido relatório com o diagnóstico do aluno, consideram que o mesmo oferece uma base muito importante para que os mesmos possam guiar-se em sala de aula.

Um fato que ficou bastante claro é o de que o Estado (através do Centro de Referência em Educação Especial da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe), em relação aos dois outros tipos de estabelecimentos, possui uma melhor infra-estrutura para lidar com o ensino à crianças especiais. Porém, pode-se perceber, através dos contatos com as professoras do mesmo, que o CREESE poderia ter um contato ainda mais estreito com essas professoras se realizassem visitas mais frequentes às mesmas, pois o que a maioria delas reivindica é a alocação de mais cursos na área, extensivos a todos os professores (e não apenas a alguns) e, principalmente, uma oportunidade de maior contato com o especialista que elaborou o diagnóstico com vistas a esclarecer alguns pontos no comportamento do aluno, sobre os quais ainda têm dúvidas.

No caso das instituições filantrópicas, percebeu-se que muitas delas são mantidas através de doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, o que muitas vezes impossibilita que se produza uma maior quantidade de recursos financeiros que possibilitem a contratação de uma equipe multidisciplinar que preste um apoio mais periódico as mesmas. A maioria dos profissionais que prestam serviço a essas instituições, ou trabalham em regime de voluntariado, são comissionadas (cedidas) pela Prefeitura ou pelo Estado, ou são contratados especificamente pelas famílias de apenas algumas crianças, que invariavelmente, são as que possuem melhores condições financeiras.

As escolas particulares, apesar de funcionarem com recursos financeiros fixos e mensais, são as que exibem maior carência de apoio de especialistas ao professor, em relação às outras instituições estudadas. O quadro de especialistas das mesmas é composto por um número muito aquém do necessário, segundo dados obtidos nas entrevistas com as instituições estudadas.

Como contribuição geral, o presente estudo demonstrou a importância de se produzir laudos diagnósticos acerca dos problemas da criança especial, baseado em um consenso geral de interpretação por parte dos profissionais envolvidos, de forma que se produza um verdadeiro e amplo esclarecimento das dificuldades do aluno. Esse procedimento poderá redundar, como consequência, em um melhor apoio ao professor de classe especial, bem como aos professores que lidam com alunos portadores de necessidades educacionais especiais, em Sergipe.

5 Referências Bibliográficas

- BERGO, M.S.A. *Relatório de atividades*. Departamento de Psicologia da UFS, 1997.
- BERGO, M.S.A. et al. *Estudo realizado pela equipe do centro de referência sobre as características da clientela das classes especiais do Estado de Sergipe*. Relatório de pesquisa. CREESE/SEED e DPS/UFS, 1998.
- _____; RODRIGUES, A.P. *Crítérios de pais e profissionais sobre as dificuldades no desenvolvimento da criança portadora de necessidades especiais em aracaju*. Relatório PIBIC/UFS, 1999.
- _____; CARVALHO, M.B.C. E CRUZ, A.P.S. *Concordâncias entre diagnósticos e avaliações sobre alunos portadores de necessidades especiais*. Relatório PIBIC/COPES/UFS, 1999.
- CARPENTIERI, N. M. *Diferenças entre respostas de irmãos de alunos de classes de educação especial a um instrumento adaptado do roteiro de entrevista francês Kaplan*. 1983. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- CIASCA, S.M. *Diagnóstico dos distúrbios de aprendizagem em crianças: análise de uma prática interdisciplinar*. 1990. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- DENARI, F. *Aspectos pedagógicos dos problemas da aprendizagem*. In: Temas em Educação Especial 1. PPG-EES/UFSCAR, 1990, v. 1. p.81-84.

HALLE, J.M.; MARSHALL, A.A.M; SPRADLIN, J.E. Time delay: A technique to increase language use and facility generalization in retarded children. *Journal of Applied Behavior Analysis*, v. 12, p. 431-439, 1979.

WATHERHOUSE, L. et al. Diagnosis and classification in autism. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 26, n.1, p.59-86, 1996.

